



IDENTIDADE MATERNA NA IMAGEM POLÍTICA FEMININA

Tayra Carolina Nascimento Aleixo¹

Professora do Departamento de Comunicação Social da Faculdade Anhanguera de Jundiaí

E-mail: aleixo.tay@hotmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Tayra Carolina Nascimento Aleixo (2017): "Identidade materna na imagem política feminina", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (julio 2017). En línea:
<http://www.eumed.net/rev/caribe/2017/07/materna-imagen-politica.html>

RESUMEN

El artículo busca articular los temas del amor, el sexo y la política. Teniendo en cuenta el afecto como el poder legítimo del ser humano, las listas bibliográficas teóricas que identifican el impacto de la perspectiva afectiva en la carrera política de la mujer contemporánea. Más específicamente, el objetivo principal es identificar los retos de la maternidad de los concejales de la Región Metropolitana de Campinas (teniendo en cuenta la cuestión del género en este universo doméstico), así como la posibilidad de canalización de la identidad materna en comunicación política de ellos. La investigación incluyó a nueve entrevistas semiestructuradas, transcrita, analizada y comparado con la referencia. Ellos hablan de los entrevistados señalan, en términos de análisis cualitativo que la experiencia materna aún se encuentra en el corazón de la vida de las mujeres contemporáneas y es una estrategia sensata en la política, apoyada por el interés en la vida personal de los personajes públicos y el potencial para la creación de empatía con el electorado antes de que el candidato.

Palabras clave: afecto, el género, la política, los procesos de comunicación, concejales.

ABSTRACT

The article aims to articulate the themes: affection, gender and politics. Considering affection as a legitimate faculty of the human being, the theoretical referential lists bibliographical surveys that identify the impact of the affective perspective on the political career of contemporary women. More specifically, the main objective is to identify the challenges of motherhood for city councilors in the Metropolitan Region of Campinas (considering the gender issue in this domestic universe), as well as the possibility of channeling the maternal identity in their political communication. The research had nine semi-structured interviews, later transcribed, analyzed and compared with the reference. The interviewees' points show that the maternal experience is still at the center of contemporary feminine life and represents a sensible strategy in politics, supported by the interest in the personal life of public figures and the potential for empathy with the electorate towards the candidate.

Keywords: affection, gender, politics, media processes, city councils.

RESUMO

O artigo busca articular os temas: afeto, gênero e política. Considerando o afeto enquanto faculdade legítima do ser humano, o referencial teórico elenca levantamentos bibliográficos que identificam o impacto da perspectiva afetiva na carreira política da mulher contemporânea. Mais especificamente, o principal objetivo é identificar os desafios da maternidade para as vereadoras da Região Metropolitana de Campinas (considerando a questão do gênero neste universo doméstico), bem como a possibilidade de canalização da identidade materna na comunicação política das mesmas. A pesquisa contou com nove entrevistas semiestruturadas, posteriormente transcritas, analisadas e confrontadas com o referencial. Falas das entrevistadas apontam, em termos de análise qualitativa,

¹Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Mestre em Comunicação pela Cásper Líbero.

que a experiência materna ainda está no centro da vida feminina contemporânea e representa uma estratégia sensível na política, sustentada pelo interesse na vida pessoal das figuras públicas e o potencial de criação da empatia com o eleitorado perante a candidata.

Palavras-chave: afeto, gênero, política, processos midiáticos, vereadoras.

1. INTRODUÇÃO

À primeira vista, a relação entre afeto e gênero feita neste artigo, poder remeter ao resgate da vinculação da mulher com o ambiente doméstico. No entanto, elencar a perspectiva afetiva para discorrer sobre gênero não se trata de um preconceito teórico, uma vez que o afeto é uma faculdade do ser humano e não uma qualidade de um gênero específico. Além disso, invocar tal noção também é o mesmo que considerar o percurso histórico no que se refere à construção da imagem política da mulher.

O ponto de partida para entender este percurso imerso no afeto localiza-se propriamente na circunscrição da mulher dentro do ambiente doméstico e sua atribuição acerca da maternidade. Ambos, de modo geral, podem reduzir o tempo e o aproveitamento de oportunidades profissionais e acadêmicas das mulheres. Assim como foi observado, e a diante descrito, sobre a vivência das vereadoras entrevistadas, assinalando tanto suas rotinas como também o juízo de valor que as mesmas fazem acerca dos temas em questão.

Vale assinalar que no decorrer do tempo algumas mudanças contribuíram para a projeção da mulher no espaço social. Adiamento do casamento, métodos contraceptivos, elevação dos índices de divórcio, acesso ao ensino secundário e redução do núcleo familiar, incidem diretamente na vida profissional da mulher (BOURDIEU, 2012) e representam algumas das mudanças que impactaram diretamente no tempo e aproveitamento de oportunidades das mulheres no que tange a vida pública, seja ela política, educacional, recreativa ou profissional.

Mas, mesmo com várias mudanças, a mulher ainda é subestimada e vê seu potencial sendo diminuído. No campo político, as mulheres eleitas são prejudicadas no que diz respeito à cobertura midiática, por exemplo. A mídia tende a exaltar aspectos pessoais e estéticos das representantes, ao invés de noticiar suas ações políticas. Essa supressão causa impacto na construção da imagem pública feminina, prejudicando a projeção da mulher em cargos representativos (PAIVA, 2008).

Em termos gerais, a TV brasileira é um exemplo de veículo que acarreta prejuízos à imagem feminina, pois o corpo da mulher é amplamente utilizado como promotor de marcas de cerveja ou programas televisivos voltados para o entretenimento (SODRÉ, 1991). Tal construção interfere no posicionamento das mulheres em cargos de confiança e de gestão, os quais requerem uma postura firme perante as situações.

Não obstante, os programas jornalísticos brasileiros chegam a veicular cinco vezes mais mulheres nas opiniões enquadradas como “populares”, além de contrastar com a opinião de homens cientistas, técnicos, profissionais especializados nos assuntos jornalísticos. Deste modo, “o noticiário reproduz estereótipos de gênero, ao mesmo tempo em que tem papel ativo na sua naturalização e manutenção” (BIROLI, MIGUEL, 2009: 75).

A construção do estereótipo, portanto, se apoia na mídia e nas experiências comuns da vida cotidiana. Ao longo do artigo, várias situações serão descritas segundo vivências de mulheres eleitas em diversas casas legislativas. De saída, as câmaras recortadas por este estudo, constituem ambientes predominantemente masculinos, mas os relatos extrapolam as paredes e cobrem desde a relação das candidatas com o eleitorado, como também na rotina de casa com sua família e amigos.

Enfim, para retratar a construção e os desafios enfrentados por mulheres na política, o artigo traz autores que já refletiram sobre o tema e debruçaram em recortes empíricos diferentes, como Raquel Paiva (2008), Luiz Felipe Miguel e Flávia Biroli (2009 e 2013), Carole Pateman (2013), Fanny Tabak (1982), dentre outros. Sobre os conceitos centrais elencados, há a noção de estratégias sensíveis de Muniz Sodré (2006), diferenças entre público e privado de Elshtain (1993) e noções gerais sobre política de Antônio Rubim (2004).

Por fim, para contribuir com uma nova teorização política, consciente dos impactos da perspectiva afetiva para a mulher contemporânea, o presente artigo transcreve e analisa nove entrevistas semiestruturadas junto às vereadoras em atividade no pleito 2012-2016 na Região Metropolitana de Campinas. Na primeira triagem da pesquisa, catorze mulheres faziam parte da

[Digite aqui]

câmara de onze das dezenove cidades que formam a Região Metropolitana de Campinas. Destas, duas suspenderam suas atividades parlamentares, diminuindo para dez o número de municípios que apresentam mulheres em suas casas legislativas. A título de comparação, haviam doze vereadoras dentre 296 vereadores eleitos no pleito municipal de 2012. Esta proporção demonstra a incapacidade da política brasileira em equilibrar a representatividade de gênero, visto que 52,11% dos eleitores do país são mulheres, segundo dados de 2014 (TSE, 2014).

O próximo tópico concentra-se nas dificuldades encontradas por essas mulheres na construção de sua imagem política em cada cidade da RMC cuja população escolheu pelo menos uma mulher para os representar.

2. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM FEMININA NA POLÍTICA

Depois de 30 anos da conquista do voto, apenas 16 mulheres elegeram-se prefeitas municipais até 1965/66. Já em 2006, - na época, a Lei das Cotas fazia dez anos - nenhum partido cumpria a exigência de apresentar 30% de mulheres no quadro de candidatos (PAIVA, 2008). Com relação à opinião das entrevistadas, todas apresentam certo ceticismo com relação às cotas, denunciando a falta de cumprimento e/ou a presença de candidatas “fantasmas” para cumprir tal obrigatoriedade, ou seja, muitas candidatas não concorrem “para valer” (palavras da vereadora Clemilda Pereira) ou existem somente no papel.

No tocante à direção das câmaras, mesmo a representatividade feminina sendo tímida, dentre as doze vereadoras consideradas, cinco faziam parte da mesa diretora, o que pode sugerir maior esforço para serem aceitas ou para se projetarem no ambiente político predominantemente masculino, no qual, “como regra, as mulheres que ingressam na arena política não tardam a perceber o ônus que representa um enfrentamento aos estereótipos de sexo” (MIGUEL; BIROLI, 2009: 70).

Mas esta percepção nem sempre pode ser identificada na prática. Algumas vereadoras disseram não sofrer discriminação de gênero na ocupação política em que estão, mas contradisseram essa constatação em falas subsequentes das entrevistas. Por exemplo, a vereadora Jacinta sempre assume o papel de secretária nas assembleias gerais realizadas na cidade de Campinas.

Se tratando de comportamento, unanimemente, as vereadoras tiveram que adotar uma postura mais firme no ambiente parlamentar. Segundo as vereadoras Ângela Duarte, Maria José Hunglaub e Eliane Defáveri, o mandato exigiu que elas se afirmassem enquanto representantes políticas, pois acreditam que a responsabilidade da baixa aceitação se deve às suas antecessoras. Portanto, mesmo reconhecendo a necessidade de alterar o comportamento, as vereadoras atribuíam-na às outras mulheres que, antes delas, ocuparam cargos no parlamento municipal das suas respectivas cidades.

A adoção da postura “mais séria” serve para evitar brincadeiras e falta de respeito, visto como uma conduta necessária pelas vereadoras para afastar possíveis situações desagradáveis. Tal posicionamento também distancia a pretensa feminilidade cobrada da mulher no mundo das relações sociais:

Ser ‘feminina’ é essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade; e dizer que uma mulher de poder que ela é ‘muito feminina’ não é mais do que um modo particularmente sutil de negar-lhe qualquer direito a este atributo caracteristicamente masculino que é o poder. (BOURDIEU, 2012:118).

O distanciamento da mulher do gênero feminino, portanto, impõe-se como uma demanda do campo político. Ângela Duarte denuncia essa cobrança mediante sua vivência enquanto vereadora, ao passo que a vereadora Eliane Defáveri localiza essas expectativas no vestuário exigido. Seja na roupa ou no comportamento, as mulheres devem dosar suas escolhas.

Neste sentido, existiria um preconceito de gênero “velado”, segundo palavras das vereadoras Clemilda Pereira e Ângela Duarte, cujas imposições são sutilmente impostas ou sugeridas. Isto pode ter sua raiz na concepção de que a política seria “mundo dos homens e por eles dominado” (PATEMAN, 2013: 72). Neste cenário, a mulher pertenceria ao âmbito doméstico tendo, por naturalidade ou costume, competência para assumir as tarefas que tangem esta colocação.

Em uma sessão na câmara de Cosmópolis, a vereadora Eliane Defáveri (Cosmópolis) foi recebida com o seguinte comentário: “A vereadora mais bonita da câmara chegou”. E sendo a única mulher vereadora, ela rebateu dizendo que não gostaria de ser lembrada como a vereadora mais bonita, mas sim como o membro mais competente daquela câmara.

De acordo com Raquel Paiva (2008), as mulheres políticas sofrem com essa vinculação de aspectos pessoais em notícias ou ataques da oposição. No primeiro caso, ofuscando seus feitos dentro da política, e no segundo, como tentativa de afetar negativamente sua imagem frente ao eleitorado. A autora traz o exemplo da deputada Manuela D'Ávila que, enquanto mulher exercendo cargo político, teve que rejeitar o rótulo de “musa da política” em diversas ocasiões, para diversos veículos de comunicação. Outro caso: deputada que só usava *jeans* e camiseta branca. Mas são tantos outros exemplos de aspectos físicos suprimindo a visibilidade das ações políticas das mulheres que sua enumeração esgotaria o espaço do artigo.

Entretanto, antes de culpar a mídia, a lógica mercadológica pode inverter a responsabilização por este cenário. Ou seja, o próprio eleitorado repara e compara a imagem das mulheres políticas de diferentes estados, em termos de vestuário, cabelo, estilo (OLIVEIRA, 2010), justificando o noticiamento de tais aspectos. A mídia, portanto, apenas veicula aquilo que sua audiência assume como preferência.

De outra maneira, existem pessoas que, além de atribuir a vaidade como elemento característico e central da feminilidade exigida, insistem em limitar a mulher ao âmbito doméstico, conforme identificou Vanilda de Oliveira (2010) em pesquisa. Pensamentos retrógrados chegam a indicar o fracasso da família e enfraquecimento da mesma como consequências da saída da mãe para atuar fora de casa (OLIVEIRA, 2010). Aqui, o estereótipo, de maneira direta, boicota a emancipação da mulher nos espaços sociais públicos.

Por outro lado, a saída da mãe para trabalhar fora de casa representa a diminuição da influência masculina sobre a mulher e, neste momento, o acesso à esfera pública e o distanciamento dos afazeres domésticos (BOURDIEU, 2012). Mas, essa saída nem sempre é movida pela vontade da mulher, muitas vezes ela é movida pela necessidade de subsistência da família, conforme apontou Rita Bergamasco sobre parte das munícipes de Jaguariúna.

Cruzando maternidade com profissão, sobre a reinserção da mãe jovem no mercado de trabalho, um estudo analisou a descontinuidade da trajetória educacional e profissional de meninas de 15 a 18 anos assistidas pelo Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. Segundo as autoras responsáveis, a maternidade não necessariamente exclui estes projetos (educação e profissionalização propriamente ditos), mas demanda adaptações e, principalmente, a necessidade do apoio familiar e social (OGIDO e SCHOR, 2012). Se, no caso da mãe, os pais possuírem o estereótipo retratado no parágrafo acima, existirão ainda mais barreiras para esta adolescente ou mulher.

Trazendo para o campo político, os partidos poderiam ser mais solidários com relação as mulheres mães. A possibilidade de oferecerem uma pessoa para cuidar dos filhos das candidatas, por exemplo, é vista como uma atitude simples que desafogaria o tempo delas, uma vez que a responsabilidade dos filhos ainda pende para o sexo feminino (PAIVA, 2008). A vereadora Jacinta Heijden conta que o pleito no qual não se elegeu (segundo ela por uma questão de legenda, visto que foi a sexta mais votada) acabou sendo benéfico para ela, pois seus filhos ainda eram pequenos.

Neste sentido, alguns casos colocam a mulher, considerada ainda como maior responsável pela casa e pelo cuidado com os filhos, em jornada tripla na hora de fazer campanha política (OLIVEIRA, 2010). A vereadora Ângela Duarte (Paulínia) conta sua história e oferece um exemplo bem próximo deste turno tripo: para chegar na sua atual posição, ela trabalhou em várias funções, inclusive como catadora de algodão, empregada doméstica e babá, enfrentando demandas da casa e dos filhos, uma de seis anos e outro de onze anos, quando encontrava-se divorciada e, na época, ainda cuidava de um partido novo na cidade. Hoje, a vereadora é formada em Direito e exerce cargo político, mas levou certo tempo para que conseguisse alcançar seus objetivos, em especial, a formação no ensino superior como advogada.

Sob outra perspectiva, a maternidade não deve ser imediatamente interpretada como prejudicial a carreira profissional e educacional da mulher. Segundo Guedes (2009), para intervir negativamente neste fluxo formacional, a gravidez deve anteceder o nível universitário. Ou seja, nem sempre os filhos denotarão barreiras de crescimento para mulheres formadas no nível superior, diferentemente do que ocorre com as adolescentes compreendidas no estudo citado acima. Há, evidentemente, interferências psicológicas e sociodemográficas neste quadro, variando de pessoa para pessoa.

Mas, o presente estudo contraria a argumentação de Guedes (2009), apontando experiências de mulheres políticas que tiveram seus filhos depois de formadas no ensino superior e com tempo de experiência profissional registrada. Como no caso das vereadoras Jacinta e Maria José, esta prefere fazer a arrumação geral da casa e a refeição do almoço, mesmo tendo auxílio de uma empregada doméstica (paradoxalmente, outra mulher).

Segundo Carole Pateman (2013), o cuidado dos filhos e da casa deveria ser compartilhado voluntariamente pelos maridos, indicando que, enquanto as mulheres se identificarem com este “trabalho ‘privado’”, seu status público será sempre prejudicado” (PATEMAN, 2013: 75). A reorganização das tarefas domésticas deveria também partir dos homens, reposicionando-os como coparticipante dessa rotina em casa.

Neste contexto, a necessidade de igualar os direitos pressupõe uma mudança nas relações de gênero (OGIDO e SCHOR, 2012) nas mais diversas ocasiões e para as mais diversas situações nas quais se encontram as mulheres que possuem filhos e pretendem percorrer uma trajetória política.

Em suma, parece que a sociedade não reconhece essa demanda contemporânea, lidando com o assunto como se fosse um tabu ou pano de fundo para humorização da situação. Assim como alguns autores da ciência política, e até mesmo da literatura feminista, a sociedade não canaliza recursos para se debruçar em medidas efetivas para sanar esse déficit social. Em vez disso, continua apontando desafios históricos que continuam acarretando prejuízos para as mulheres de hoje em dia, sem apontar soluções.

3. A INTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA MATERNA

Nos EUA, 47% das mulheres entre 15 e 44 anos não possuem filhos. A mídia vem chamando essas mulheres, que não contemplam a maternidade, de Geração NoMo (‘Not Mothers’). Na posição de pioneira, a associação britânica Gateway Women vem argumentando contra a crença de que uma mulher deve passar pela experiência materna pelo menos uma vez na vida, além de oferecer assistências psicológica e troca de informações sobre a vida de mulheres sem filhos (LAGUARDIA, 2014).

Assistência psicológica é necessária à mesma medida em que a sociedade cobra e espera que as mulheres tenham filhos, assumindo tal papel social. Perguntas a respeito da maternidade são comumente endereçadas às mulheres com êxito profissional. Esta prática sugere o conhecimento da sociedade sobre os empecilhos de tempo e ausência de conciliação de oportunidades para mães, mas não reconhece esta condição quando se trata da figura pública de uma mulher.

Mulheres famosas, por exemplo, são convidadas para argumentar sobre a ausência de filhos em suas vidas, e sempre o fazem justificando sua decisão e assinalando a adoração por crianças (LAGUARDIA, 2014). Portanto, mesmo sem assumir o papel de mãe, as mulheres devem guardar um carinho incondicional por crianças, estabelecendo assim uma expectativa social atrelada diretamente à questão do gênero.

Na Região Metropolitana de Campinas não é diferente. A experiência materna é acolhida pelas vereadoras entrevistadas como algo atrelado à missão de vida da mulher. Mesmo para aquelas que (ainda) não são mães, a maternidade é interpretada como uma bênção. Para ilustrar, segundo a vereadora Eliane Deváferi, apesar de não ter filhos ela considera que esta experiência é vital na vida de uma mulher. A vereadora Marta Leão atribuiu a qualidade “sagrada” à maternidade. Tanto para a vereadora Clemilda Pereira, quanto para a vereadora Rita Bergamasco, seus enteados e filhos adotivos, respectivamente, significam grande parte da realização pessoal delas.

Retomando o recorte político que reveste a pesquisa de campo, em termos de identidade e sua maleabilidade contemporânea (SIBILA, 2008), os personagens políticos podem adotar estratégias sensíveis para angariar empatia do eleitorado. O apelo sensível, portanto, seria legítimo dessas típicas estratégias da política contemporânea (SODRÉ, 2006). De outro modo, o afeto pode ser utilizado para beneficiar a imagem pública de uma pessoa mediante canalização de elementos identitários aclamados pela população. Seria o caso da identidade materna para figuras públicas femininas.

Nas entrevistas, algumas experiências relatadas mostram que a identidade de mãe pode acarretar benefícios para a mulher na política, uma vez que o eleitorado pode criar maiores identificações e simpatia com aquela representante que (talvez) enfrente os mesmos desafios enquanto mãe e maior responsável pelo lar.

Ângela Duarte cita exemplo de uma ex-colega de câmara, na qual incluiu em sua campanha fotos oficiais amamentando o filho recém-nascido. Ou seja, a partir dessa exposição do papel de mãe, a mulher pode alinhar uma estratégia voltada para as eleitoras que possuem filhos ou eleitoras grávidas.

A vereadora Leonora Périco (Americana) também vivenciou sua candidatura e o nascimento de um filho ao mesmo tempo. A vereadora relembra do marido levando o recém-nascido na câmara em seu período de trabalho para que ela pudesse amamentá-lo. E, neste ponto, não há como

recorrer às condições físicas do sexo feminino. A necessidade do tato na experiência amamentativa, segundo Montagu (1988), influencia diretamente no desenvolvimento da criança.

Relatos das vereadoras Jacinta Heijden e Maria José Hunglaub assinalam que o apoio dos seus respectivos maridos foi decisivo para seu ingresso e permanência na câmara. Por outro lado, salvo detalhes da vida conjugal das entrevistadas, as vereadoras divorciadas apontaram a falta de apoio dos maridos, quando ainda eram casadas, como empecilho para seu crescimento e projeção políticos.

As experiências conjugais positivas podem trazer indícios na mudança do comportamento masculino com relação a divisão sexista de tarefas, contribuindo para a desconstrução da prevalência do apego materno sobre o paterno. Ou seja, a maior identificação com a mãe pode ser relacionada com o tato na fase infantil, mais especificamente, com a privação da relação pai-filho que poderia remeter o distanciamento precoce da figura paterna em detrimento da materna (MONTAGU, 1988).

Essas são posturas que podem esgotar a formação de preconceitos logo na fase infantil das futuras gerações. Segundo a vereadora Clemilda Pereira, a compra de presentes para crianças já remete diferentes interpretações de ambos os sexos, sendo que para os meninos são dados heróis, helicópteros, carros de controle remoto, enquanto que para as meninas, princesas que remetem a fragilidade, bonecas que remetem a maternidade, pias (que saem água) que remetem ao ambiente doméstico.

Outro apontamento feito por Clemilda vai de encontro ao ambiente familiar, no qual a designação da lavagem da louça do filho para a filha já contribui para manter preconceitos de gênero. Sob entendimento de Pierre Bourdieu (2012), o âmbito familiar seria o maior reprodutor da dominação masculina, com suas linguagens e divisões de trabalho nas quais, desde muito cedo, fazem essa distinção precoce entre os sexos.

Enfim, a maternidade pode contribuir para a construção da imagem pública feminina na política em termos de identidade para capitalizar afeto e transformá-lo em votos a partir do atendimento de demandas sociais do município. Por outro lado, a sociedade deveria apresentar maior apoio social e instrumental para promover o acesso da mulher aos espaços de poder.

4. MULHER COMO AGENTE POLÍTICA ATIVA

Promovendo a perspectiva da estratégia sensível descrita no tópico anterior, os atendimentos feitos nos gabinetes das entrevistadas dirigem-se, predominantemente, para as mulheres do município. Deste modo, as possíveis criações empáticas da candidata que elenca a identidade materna para conversar com o público feminino, ganha legitimidade.

Com base na sua vivência parlamentar, a vereadora Ângela Duarte assinala que as mulheres exercem maior atividade política do que os homens. São elas que buscam respostas, pois a responsabilidade da casa e dos filhos, incluindo a administração do orçamento da família é hoje da mulher.

Este relato contraria a argumentação voltada para necessidade da mulher em tomar consciência de seu potencial político em diversas instâncias de participação, desde reuniões escolares e de condomínio, até exercer um cargo de liderança política, colocando como igual ao homem em termos de eleitorado, contribuinte, militante (TABAK, 1982).

Segundo indicadores do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de 22,9% (1995) para 38,8% em 2013 (IPEA, 2015). Muitas dessas mulheres são mães trabalhadoras que segundo Fanny Tabak (1982) são desassistidas pela sociedade.

Em outras palavras, a mulher já possui tal consciência e reivindica direitos juntos aos representantes. Ou seja, no tocante à política feita no dia-a-dia, a maioria das vereadoras apontaram as mulheres como principais agentes políticas. Seja por necessidade de procurar auxílio juntos aos representantes, como também para se projetar e posicionar como contribuinte, a mulher já percebeu as regras do jogo e está mudando sua atitude ao longo da trajetória. Mas, talvez o problema seja a velocidade com a qual essa atuação vem se concretizando.

Para ilustrar este cenário, as vereadoras levantaram uma série de exemplos, exclusivos da esfera privada (moradia, saúde, educação etc.), presenciados com suas munícipes: reclamações com relação ao atendimento em unidades de pronto atendimento de saúde, proximidade de empreendimentos imobiliários com escolas e mercados, o preço do arroz e do feijão, reivindicação de emprego para o marido, qualidade da quadra nas escolas, falta dos professores nas escolas, dentre outros exemplos dados pelas próprias vereadoras.

As reuniões de cunho político da cidade de Hortolândia contam com mulheres em sua maioria. A fala de Clemilda Pereira a respeito dessa participação ainda relata a presença de filhos

[Digite aqui]

pequenos na companhia delas. Porém, esse quórum representou uma exceção no recorte em questão.

Ou seja, em contrapartida, assim como relatou Eliane Defáveri, em Cosmópolis as mulheres não participam das esferas públicas de discussão política. Ou seja, as sessões da câmara e reuniões de partido, mesmo quando a pauta é voltada para as mulheres, sempre contam com poucas municipais. Isso ocorre em todas as demais cidades, conforme relatos captados nas entrevistas.

Enfim, apesar de se mostrarem ativas nas reivindicações, as mulheres não participam de reuniões partidárias e também, nas palavras da vereadora Clemilda, não “dão a cara a tapa” na hora de se candidatar ao pleito. Clemilda sugere que as mulheres estão, muitas vezes, à frente de questões políticas, mas na hora de sair como representantes, recuam. Por isso, seu mandato é voltado para conscientização política da mulher. O próximo item problematiza essa situação, colocando a difícil conciliação de tarefas como barreira para maior participação feminina na política.

5. INTRODUÇÃO DE “DEMANDAS EXTERNAS”?

A partir do recorte de um estudo apresentado por João Freire Filho e Tatiane Leal (2015), as revistas *Época* e *Veja* atribuíram a atual infelicidade das mulheres ao feminismo. Isso por que o feminismo teria acumulado responsabilidades demais para este gênero, impossibilitando o alcance da felicidade.

Diferente da mulher feliz dos anos 50, hoje além de ser responsável pelo lar e filhos, a mulher ainda teria que ser profissionalmente bem-sucedida e fisicamente bonita, respeitando os padrões de beleza e de sucesso impostos pela sociedade. Ou seja, apesar da inserção de demandas externas, o casamento e a maternidade ainda permanecem com pretensa centralidade na felicidade da mulher contemporânea (FILHO e LEAL, 2015).

Em outras palavras, a domesticidade e a maternidade ainda fazem parte da caminhada em busca da felicidade das mulheres, mas, atualmente, o mundo do trabalho passaria a ampliar esse rol de domínios da vida social da mulher contemporânea, afetando sua capacidade de ser feliz (FILHO e LEAL, 2015).

Mas, tal narrativa adotada pelas revistas analisadas é, além de simplista, extremamente sexista. Primeiro por pressupor a generalização da infelicidade feminina, segundo por não reconhecer o retardamento da sociedade contemporânea de atender às demandas de gênero que libertam as mulheres da falta de escolha e autonomia sobre sua própria vida. Além disso, citando os próprios autores do estudo:

[...] a revista não problematiza a divisão igualitária das atividades domésticas, classificando a atitude do marido como uma “ajuda”, não como uma obrigação. Esse discurso transmite a ideia de que a responsabilidade pelo trabalho doméstico seria ainda feminina, cabendo também à mulher a tarefa de convencer o marido a auxiliá-la, se quiser ser feliz (FILHO e LEAL, 2015: 16 e 17).

Estendendo para a política, a incapacidade de propor soluções para mover a sociedade em direção à igualdade de oportunidades para ambos os sexos, tem sua raiz na própria temática da teoria política. Ou seja, frente a todas as barreiras enfrentadas por mulheres que tentam projetar sua carreira no terreno político, a teoria deveria superar seus ancestrais e assumir as inadequações que permeiam o meio (MIGUEL e BIROLI, 2013), admitindo novas práticas de governo sob a ótica de fenômenos contemporâneos. Seria necessário, portanto:

[...] criar um modo de pensamento político que ajude as mulheres a redescrever a realidade social a partir de um ponto de vista que permita a reflexão crítica e a sustente. Precisamos conceituar alternativas plausíveis. Precisamos evitar impulsos potentes rumo à repetição das compulsões do passado, incluindo a sentimentalização e a opressão de mulheres sob algum pretexto novo (ELSHTAIN, 2013: 125).

Não bastaria, entretanto, proposições sem projeção na prática, como no caso das cotas. Além disso, a rivalidade existente no universo feminino deveria ser superada e, com isso, abrir espaço para a promoção de representantes femininas. Esta rivalidade foi mencionada nas entrevistas, corroborando com as investigações de Vanilda de Oliveira (2010) em Goiânia. A autora constatou que a inveja é indício da rivalidade entre as mulheres, e este aspecto configuraria a “desunião das mulheres que estão no poder público”, percebida pelos próprios eleitores (OLIVEIRA, 2010: 77).

Esta característica acarreta perdas de potencialidades políticas e acesso de benefícios mútuos, para citar a opinião da vereadora Ângela Duarte. Em Hortolândia, na primeira vez que a

[Digite aqui]

vereadora Clemilda Pereira foi eleita, apenas uma mulher do Conselho Municipal da Mulher apoiou sua candidatura. As demais, todas apoiaram homens.

Para a vereadora Rita Bergamasco, o voto não deveria ser pautado por raça, credo, cor ou sexo do candidato, mas sim pela índole do sujeito. Entretanto, a expansão da visibilidade pelos meios de comunicação promove a política prioritariamente estética, prevalecendo o cuidado com a imagem frente a qualquer possível direcionamento ético-social (SODRÉ, 1991).

Portanto, o sexo de um candidato, assim como a religião do mesmo, é considerado no processo decisório eleitoral. Mediante isso, as imbricações entre afeto e política são pertinentes pois, saber o que as pessoas pensam, bem como o que afeta suas escolhas políticas, é essencial para a democracia (GONZÁLEZ-BAILÓN, BANCHS e KALTENBRUNNER, 2012).

Neste sentido, a transmissão da mensagem com carga emocional é mais eficaz, pois a emoção é considerada o vetor mais importante acerca da ação humana (FRIDJA, KUIPERS & TERSCHURE, 1989; SODRÉ, 2015). Consequentemente, existe uma estreita relação entre emoção e comportamento (FUNG, NAMKOONG e SCHUEFELE, 2012), especialmente na arena de disputa eleitoral pautada pela visibilidade. E, neste momento, “a mídia então faz a política”, pois a política, em sua face espetacular, se despolitiza para atender aos padrões de produção da mídia (RUBIM, 2004).

Mediante esta linha de argumentação, a adoção da identidade materna na comunicação política feminina pode ser benéfica. A criação de identificações com o eleitorado viabiliza um canal de comunicação com base afetiva, mas também com reais possibilidades de engrenar um método de atendimento às demandas sociais das mães.

6. VINCULAÇÃO DO ÂMBITO PRIVADO NA CARREIRA POLÍTICA FEMININA

O tópico anterior termina sugerindo a adoção da identidade materna para promover campanhas eleitorais femininas. Entretanto, apesar desta estratégia reverter a domesticidade (presente na construção histórica da figura feminina) em benefício para a imagem pública da mulher, pode também contribuir para permanência de preconceitos de gênero.

À título de esclarecimento, as mulheres costumam ser maioria apenas nas esferas da educação, saúde e serviços sociais (65,6%) nos cargos diretivos, além no setor de alojamento e alimentação (44%), segundo dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, de 2014.

Ou seja, mesmo inseridas no campo político existem cisões nas atividades que configuram diferentes tipos de atuação para cada sexo. Essa separação sugere a sobrevivência da dominação masculina na política, pois, segundo Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2013), os assuntos que contam com homens em sua representação são mais prestigiados na grande mídia e rotulados como “mais difíceis”.

Assuntos como educação, saúde e serviços sociais, quando inseridos no campo político, podem ser entendidos como naturalmente pertencentes ao âmbito público, justamente por estarem abrigados numa arena comum, promotora de assuntos comuns da sociedade. Entretanto, este artigo empresta o entendimento de Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2013) que localizam a noção de âmbito privado sob a perspectiva macroeconômica, ou seja, para diferenciar assuntos como educação, saúde, saneamento, dos assuntos de políticas públicas, estes são considerados próprios do âmbito privado, diferente do que ocorre com temas sobre economia, relações internacionais.

Neste sentido, as vivências domésticas e gestão dos afetos nas relações familiares, faria a mulher engendrar uma ética diferente, fundada na preocupação com o outro (ELSHTAIN, 1982), mesmo na posição de dirigente ou representante política. Para os eleitores, os elogios às mulheres geralmente são feitos nesta direção, sustentadas pela crença de que elas são “mais humanas” e “mais sensíveis” por terem o dom natural de gerar vidas. Já àqueles direcionados aos homens, costumam reconhecê-los como “mais fortes” (OLIVEIRA, 2010).

Existe aqui a necessidade de problematizar essas divisões, submetidas talvez à falta de oportunidades concedidos para ambos os sexos, e que são passíveis de identificação tanto no nível municipal (entrevistas captadas por este estudo) quanto no nível estadual e federal (estudo de Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel, 2013).

Somente a ampliação de oportunidades não diminuirá, por si só, a lacuna de atuação de homens e mulheres. Existe a necessidade das pessoas em reconhecer o papel que cada um tem na vida do próximo, em especial, daquelas pessoas ainda mais próximas de você: mãe, filha, irmã, esposa.

A construção do estereótipo poderá ser desmantelada sob condicionantes comportamentais. Por exemplo, ao ouvir uma piada sexista, ao invés de rir da humorização ácida que apela à uma minoria, haverá o silêncio. Este esgotamento da discriminação, acumulada ao longo dos anos, poderá significar novos horizontes para a convivência social e pessoal das famílias ou casais.

[Digite aqui]

Até aqui, o artigo discutiu a identidade materna como estratégia sensível identificada nas práticas políticas de candidatas da Região Metropolitana de Campinas. Também observou a (super) valorização acerca da maternidade tanto para a sociedade, como também para a vereadoras, legitimando essa aplicação afetiva no campo político.

Foi costurado um fio condutor no qual a maternidade perpassa desde a construção da imagem das vereadoras até a vivência política das muncípices, localizando demandas latentes ao sexo feminino. Não obstante, foi levantada também a maneira como o tema maternidade pode influenciar na agenda política das mulheres, bem como na sua atuação, demonstrando ser de relevância irrefutável para pessoas que queiram discutir o nível de representatividade feminino nas instâncias políticas do Brasil.

No item a seguir, o artigo resgata algumas lacunas identificadas no presente estudo, bem como o objetivo central do mesmo. Vale considerar as lacunas já descritas ao longo do texto, cuja importância extrapola pretensas justificações que se possa dar aqui.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As divisões arbitrárias do mundo social não deveriam limitar ou constranger ações políticas de mulheres. Enquanto estereótipos forem elencados para pautar relações sociais, as mulheres deverão, constantemente, se afirmar como competentes.

Pontuando, a busca por equiparação salarial não se enquadra, pois trata-se de cargo público, estes não fazem diferenciação entre sexo (pelo menos não na folha de pagamento). Mas, não deixa de assinalar a necessidade de reposicionar a luta feminista no que tange poder e reconhecimento perante a sociedade.

Para Bourdieu (2002), existem inclinações e preconceitos, que mesmo não manifestados explicitamente, constroem imagens desfavoráveis acerca da mulher enquanto representante política. Portanto, interferir no ciclo de lideranças predominantemente masculinas no poder dependerá não somente de ações afirmativas voltadas para os partidos políticos, como também de alterar o julgamento negativo acerca da capacidade das mulheres em representar a população e assumir posições elevadas na hierarquia política do país.

Essas inclinações pertencem, sob entendimento de Sodré (2015), ao campo afetivo. Portanto, levantar um ponto essencialmente entendido como o dom supremo da mulher - a maternidade - ao discutir sua vereança (FARIA, 1998), é algo que contempla tanto as possibilidades e o andamento político feminino, quanto o afeto do eleitorado e pares dentro do campo político.

Com isso, o presente artigo buscou iniciar a proposição de uma nova teorização acerca da figura política feminina, considerando a perspectiva afetiva como elemento central para o entendimento das demandas sociais das potenciais representantes políticas, bem como o impacto na construção da sua imagem.

Para tanto, confrontou o levantamento bibliográfico com a experiência das vereadoras eleitas no pleito de 2012, e em atual atividade, nos dez municípios da RMC (Campinas e mais dezoito cidades) que apresentam mulheres em suas casas legislativas. Essa pesquisa possibilitou a identificação de elementos comuns na vivência dessas mulheres.

Assinala-se, no entanto, a necessidade de novas investigações empíricas para colaborar com a estruturação de teorias que busquem solucionar as lacunas de atuação da mulher na política. Ao confrontar diferentes dados de diferentes locais, haverá possibilidades reais de propor mudanças mais efetivas na vida política feminina.

Buscar encontrar novos elementos e a frequência dos mesmos poderá guiar a sociedade em prol de um reposicionamento da imagem feminina e, conseqüentemente, a recolocação das mesmas em diversas esferas da sociedade.

Deve haver ações partindo da comunidade, da família, dos grupos sociais, dos partidos, etc. Cada campo social deve colaborar com ações para, cada vez mais, as pessoas vivam livres de discriminação de qualquer espécie.

Reafirmando, postura firme é o principal subterfúgio dessas mulheres na construção da sua imagem enquanto representantes políticas. Apesar de algumas entrevistadas assinalarem nunca terem vivido situações preconceituosas dentro das câmaras, suas falas corroboram para o reconhecimento de desafios acerca do ambiente político predominantemente masculino, pressupondo que "o Parlamento e o mundo da política em geral – o Poder Executivo, o Judiciário, os partidos políticos e os sindicatos – são espaços hostis para as mulheres" (BORBA, 1998: 156).

Foram contempladas também, circunstâncias da grande m dia que promovem a permanência e manutenção das várias formas de discriminação contra a mulher. Essas características impactam diretamente na formação e projeção da mulher no poder público. E isto deve ser seriamente discutido

[Digite aqui]

em direção ao estabelecimento de possibilidades iguais aos candidatos de ambos os sexos e de todos os gêneros.

Por outro lado, as mulheres devem desenvolver uma nova postura para lidar com outras mulheres. Talvez trocar a lente da rivalidade por lentes de possíveis alianças. Reconstruir uma relação menos hostil com mulheres desconhecidas e arriscar novas aventuras no que tange o âmbito público. Desbravar novos horizontes a partir do reconhecimento de si próprias como seres capazes e competentes.

Para reverter este desequilibrado quadro, a auto formação poderia ser posta também como uma das soluções para a consciência social acerca da questão de gênero. Pois, a auto formação tem relação direta com a educação e pode combater formas de repreensão mediadas por estereótipos. Educar-se abriria caminhos para o novo. Novas formas de pensar desconfiar dos costumes traduzidos nas linguagens correntes da sociedade. É justamente o exercício de pensar, e a consciência despertada no processo de educação, que afirmam a base não absoluta do ser humano (SODRÉ, 2013).

8. REFERÊNCIAS

Biroli, F.; Miguel, L. F. (2009): "Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa". En revista *Opinião Pública* nº 1, Junho 2009, p.55-81.

Borba, A. (1998): "Legislado para mulheres". En A. Borba; N. Faria; T. Godinho (Coord.), *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. pp. 153-172.

Bourdieu, P. (2012): "A dominação masculina". Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Presidência da República (2015): "Relatório Anual Socioeconômico da Mulher". Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília. 181p.

Laguardia, I. (2014): Geração NoMo: A rebelião das mulheres que não contemplam a maternidade. Disponible en: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/23/sociedad/1408813287_310188.html> Consultado en 20/04/2015 a 08:20.

Elshtain, J. B. (1982): "Public man, private woman: women in social and political thought". En *The Academy of Political Science* N. 1. Nova York. 18 p.

Faria, N. (1998): "Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista". Sempreviva Organização Feminista. São Paulo.

Filho, J. F.; Leal, T. (2015): "“Mas por que, afinal, as mulheres não sorriem?”: jornalismo e as razões da (in) felicidade feminina". En *Revista Ciberlegenda* N. 33, Outubro 2015. pp. 8-20.

Fridja, N. H.; Kuipers, P.; Ter Schure, E. (1989): "Relations among emotion, appraisal, and emotional action readiness". En *Journal of Personality and Social Psychology* vol. 57 (2), Agosto 1989, pp. 212-228.

Fung, T. K. F; Namkoong, K.; Scheufele, A. D. (2012): "The politics of emotion: news media attention, emotional responses, and participations during the 2004 U. S. presidential election". En *Mass Communication and Society* N. 15, pp. 25-45.

González-Bailón, S.; Banchs, R. E.; Kaltenbrunner, A. (2012): "Emotions, public opinion, and U.S. Presidential Approval Rates: a 5-year analysis of online political discussions". En *Human Communication Research* N. 38, pp. 121-143.

Guedes, M. C. (2009): "Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário". Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 132 p.

Miguel, L. F.; Biroli, F. (2013): "Introdução teoria política feminista, hoje". Em L. F. Miguel; F. Biroli, *Teoria crítica feminista: textos centrais*, Editora Horizonte. Vinhedo. pp. 7-54.

Montagu, A. (1988): "**Tocar**: o significado humano da pele". Summus. São Paulo.

Ogido, R.; Schor, N. (2012): "A jovem mãe e o mercado de trabalho". En *Saúde e Sociedade*. N. 4, São Paulo, Dezembro 2012, pp. 1044-1055.

Oliveira, V.; Chaves, S. M.; Signates, L. (2010): "Política no feminino?: a imagem da mulher candidata nas eleições municipais de Goiânia". Grafset. Goiânia.

[Digite aqui]

- Paiva, R. (2008): "Política: palavra feminina". Mauad X. Rio de Janeiro.
- Pateman, C. (2013): "Críticas feministas à dicotomia público/privado". Em L. F. Miguel; F. Biroli, *Teoria crítica feminista: textos centrais*. Editora Horizonte. Vinhedo. pp. 55-80.
- Rubim, A. A. C. (2004): "Espetacularização e mediatização da política". En A. A. C. Rubim (Coord.), *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Edufba. Salvador. pp. 181-222.
- Sibila, P. (2008): "O show do eu: a intimidade como espetáculo". Nova Fronteira. Rio de Janeiro.
- Sodré, M. (2015): "A comunicação eletrônica é epistemóloga". En Revista *Parágrafo* N. 3, Junho 2015, pp. 121-128.
- Sodré, M. (2006): "As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política". Vozes. Petrópolis.
- Sodré, M. (1991): "O Brasil simulado e o real: ensaio sobre o cotidiano nacional". Rio Fundo. Rio de Janeiro.
- Tabak, F. (1982): "Mulher e política". Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- TSE (2015): "Estatísticas das eleições de 2012". Disponible en: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Consultado en 20/10/2015 a 17:48.